

À Câmara de Pós-Graduação (CPG)

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Assunto: Encaminhamento de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) retificado.

Senhor(a) Presidente da Câmara de Pós-Graduação,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, encaminho para análise e parecer desta respeitável Câmara o **Projeto Pedagógico de Curso (PPC)** do [inserir o nome do curso de Pós-Graduação, ex: Mestrado em Biociências], devidamente corrigido de acordo com as recomendações e diligências anteriormente apontadas.
2. Cumpre destacar que todas as alterações e ajustes realizados no documento foram **destacados na cor amarela**, facilitando a identificação e a conferência visual das modificações pela equipe técnica e pelos conselheiros relatores.
3. Diante do exposto, solicito a apreciação do referido documento por esta Câmara e, após a devida tramitação e aprovação interna, o subsequente envio ao **Conselho Universitário (CONUNI)** para homologação e deliberação final.
4. Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Coordenador do curso
Reginaldo Pereira dos Santos Júnior
SIAPE- 2036624
Atenciosamente,

Abimailde Maria Cavalcante Fonseca Ribeiro
Pedagoga SEaD
SIAPE-1670404

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO –
UNIVASF PRÓ-REITORIA DE ENSINO – PROEN
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – SEAD

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO ESCOLAR MODALIDADE A DISTÂNCIA**

PETROLINA PE
2025

Presidente da República Federativa do

Brasil Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação Camilo Sobreira

de Santana

Secretaria de Educação Superior

Alexandre Brasil

Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior

Denise Pires de Carvalho

Diretor de Educação a Distância

DED/CAPES Antonio Carlos Amorim

Universidade Federal do Vale do São Francisco

Reitor
Dr. Telio Nobre Leite

Vice-Reitora
Dr^a. Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

Pró-Reitor de Assistência Estudantil Dr. Clébio
Pereira Ferreira

Pró-Reitor de Ensino
Dr. Marcelo Silva de Souza Ribeiro

Pró-Reitora de Extensão
Dr^a. Michelle Christini Araújo Vieira

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas M.Sc Kilma
Carneiro da Silva Matos

Pró-Reitoria de Gestão e Orçamento Dr.
Francisco Alves Pinheiro

Pró-reitora de Pesquisa, Pós Graduação e
Inovação Dr^a. Maria Helena Tavares de Matos

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento
Institucional Esp. Margareth Pereira Andrade

Secretária de Educação a Distância Dr^a. Antonio
Pires Crisóstomo

Coordenadora UAB
Dra Adriana Moreno Costa Silva

Coordenador do Curso Prof. Dr. Reginaldo
Pereira dos Santos Junior

APRESENTAÇÃO

A região do Vale do São Francisco, por congrega cidades cuja aproximação une os estados da Bahia e de Pernambuco, é um lugar que tem necessidade de um curso voltado para as potencialidades da indústria local, na área desenvolvimento de sistemas para a Web, expandindo a atuação profissional dos seus egressos para atuar no desenvolvimento de soluções para qualquer área que necessite disponibilizar serviços ou produtos na Internet. Tal fato se observa, sobretudo, por seu já reconhecido desenvolvimento econômico na agricultura, onde agrega diferentes perfis profissionais, no entanto, a região do Vale do São Francisco ainda possui um grande mercado para ser aberto em outras áreas, como: turismo, serviços públicos, saúde, entre outros.

Apesar dessa evolução econômica, o Nordeste ainda apresenta muitas carências, por exemplo:

- O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, referente ao ano 2015, evidencia uma menor porcentagem de pessoas que frequentam curso superior em relação à população de 18 a 22 anos no Nordeste que nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste;
- O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos estados nordestinos – referente a 2015 – é o mais baixo do Brasil.
- A exclusão social e seus indicadores como pobreza, analfabetismo e desigualdade social ocorrem de forma mais acentuada no Nordeste do que nas regiões Sul e Sudeste (IDH, 2015).

Deste modo, a implantação do presente curso na UNIVASF, especialização em Gestão Escolar, irá trazer ao Vale do São Francisco novas possibilidades de profissionalização em uma área que exige profissionais com formações específicas para atender às diferentes necessidades de pessoas que habitam não apenas em Juazeiro e Petrolina, mas também em cidades próximas e onde a UNIVASF atua. Deste modo, a implantação de tal curso pode atender também outras cidades da Bahia e Pernambuco, foco inicial da oferta e onde já têm três campus da universidade em cada um desses Estados.

Ao ser ofertado pela Secretaria de Educação a Distância (SEAD), este curso não somente amplia o campo de atuação da Univasf para além das regiões supracitadas atendidas com cursos presenciais, como também proporciona oportunidades de desenvolvimento econômico e social a outras regiões do nordeste brasileiro onde esta

Secretaria tem parceria de cooperação com prefeituras.

O Curso de Especialização em Gestão Escolar, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP). Tal programa nasce a partir da experiência piloto do curso de Administração, em 2006, que foi supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), do Ministério da Educação (MEC), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e por coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes). Além desse bacharelado, o PNAP é composto de três especializações na área pública (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde) e mais recentemente, a partir de 2020, Gestão Escolar.

Nesse contexto, em 2009, a UAB/Capes lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de Instituições Públicas de Ensino Superior para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um projeto pedagógico base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

Vale ressaltar, que esta atual oferta de uma especialização em Gestão Escolar, tem em sua gênese o credenciamento da UNIVASF junto ao MEC para ofertas de cursos na modalidade EAD na graduação e pós-graduação, depois da instituição atender aos requisitos de infraestrutura e pessoal exigidos para a oferta desses cursos.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a metodologia de monitoramento em Fóruns Nacionais, os quais visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas do programa, de modo a implementar ações de melhoria da qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública, com a escolha de sua presidência, aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010; o segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já discutia propostas de reformulações dos Projetos Pedagógico de Cursos (PPC); o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos Cursos de Especializações em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, na modalidade de Educação a Distância (EAD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências e as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Em 2017 foi constituída a Comissão de apoio à gestão do PNAP que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2014. Desse trabalho resultaram novos PPC (Bacharelado e Especializações) e a revisão do material didático adequando-os às especificidades do setor público no Brasil.

INSTITUIÇÃO PROPONENTE:

Cumprindo com uma de suas principais missões, no ano de 2009 a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) manifestou seu compromisso de melhoria da educação básica no semiárido nordestino, ao colaborar com o Primeiro Plano Nacional de Formação de Professores, uma ação vinculada à política nacional de formação de profissionais no magistério da educação básica instituída pelo Decreto nº 6.755/2009. Para o referido plano a Secretaria de Educação a Distância (SEAD) da UNIVASF, através de autorização do Ministério da Educação, concedida pela Portaria MEC nº 1369, de 07 de dezembro de 2010, e em conformidade com o acordo de cooperação técnica e/ou convênios firmados com a

Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através da Universidade Aberta do Brasil (UAB), Governo do Estado da Bahia, Governo do Estado de Pernambuco, Prefeituras Municipais e Plataforma Paulo Freire, ofertou 750 vagas em Cursos de Formação Pedagógica (PARFOR) nas áreas de Artes Visuais, Biologia, Educação Física, Física, Matemática e Química.

A ofertas de cursos de graduação e pós-graduação, pela Univasf, é operacionalizada através de uma estrutura se projeta 7 (sete) *campi*:

Campus Sede: Av. José de Sá Maniçoba, S/N - Centro CEP: 56304-917 - Petrolina/PE;

Campus Ciências Agrárias: Rodovia BR 407, 12 Lote 543 - Projeto de Irrigação Nilo Coelho -S/N C1 CEP: 56300-000 - Petrolina/PE;

Campus Juazeiro: Avenida Antonio Carlos Magalhães, 510 - Santo Antônio CEP: 48902-300 -Juazeiro/BA;

Campus Serra da Capivara: Rua João Ferreira dos Santos, S/N, Bairro Campestre CEP: 64770-000, S/N - São Raimundo Nonato/PI;

Campus Salgueiro: Salgueiro Shopping - Avenida Antônio Angelim, 570 - 2º andar – Santo Antônio - CEP: 56000-000 - Salgueiro/PE;

Campus Senhor do Bonfim: Rua Tomaz Guimarães, S/Nº, Condomínio Aeroporto – Bairro Santos Dumont - CEP: 48970-000 - Senhor do Bonfim/BA;

Campus Paulo Afonso: Avenida da Amizade, 1900 - Sal Torrado - Paulo Afonso/BA - CEP:48605-780.

PROJETO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Lato Sensu na modalidade de Educação a

Distância I - Identificação do Curso:

NOME DO CURSO	Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Gestão Escolar
ÁREA DE CONHECIMENTO	EDUCAÇÃO.
NATUREZA	Especialização <i>Lato Sensu</i>
LOCAL DE REALIZAÇÃO	As ofertas serão destinadas de acordo com a adesão dos polos onde a Secretaria de Educação a Distância atua em parceria com municípios, responsáveis por ofertar infraestrutura de laboratórios, bibliotecas e Internet.
UNIDADES RESPONSÁVEIS	Secretaria de Educação à Distância
COORDENADOR	Professor Dr. Reginaldo Pereira dos Santos Junior CPF: 941.445.675-91 Unidade Lotação: Colegiado de Licenciatura em Ciências da Natureza Regime de Trabalho: 40h DE e-mail: reginaldo.pereira@univasf.edu.br
ENDEREÇO E FUNCIONAMENTO DO CURSO	Secretaria de Educação à Distância – Universidade Federal do Vale do São Francisco – Av. José de Sá Maniçoba/ S/N Petrolina-PE CEP 56304-917

II – CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

Período de Realização	Início: setembro de 2025 Término: fevereiro de 2027
Carga Horária	420 h
Turno da Oferta	A distância
Curso a distância	Material digital produzidos pela Rede nacional serão disponibilizado pelos professores do Curso no Ambiente Virtual de Aprendizagem
Periodicidade	Semestral
Modalidade do Curso	Modular (a distância)
Número de Vagas	150 vagas distribuídas entre os polos.
Turno de Oferta	A Distância
Público-Alvo	- O curso destina-se aos portadores de diploma de curso superior que exerçam atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou que tenham aspirações ao exercício de função pública.
Periodicidade	O curso será oferecido a distância

APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Escolar, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

O PNAP nasceu em 2006 a partir da experiência-piloto do curso de Administração, supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC) e coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes). Além do bacharelado em Administração, o PNAP, atualmente, é composto por quatro especializações na área pública, sendo as três iniciais Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, com o acréscimo, em 2020, da especialização em Gestão Escolar.

Nesse contexto, em 2009, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), já integrada à estrutura da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de instituições públicas de ensino superior para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a metodologia de monitoramento por meio da realização de Fóruns Nacionais, os quais visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas do programa, de modo a implementar ações de melhoria da qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010, teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública com a escolha de sua presidência; o segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já discutia propostas de reformulações dos PPCs; o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos cursos de especializações em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, na modalidade de Educação a Distância (EAD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências e as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Em 2017, foi constituída a Comissão de apoio à gestão do PNAP, que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2014. Desse trabalho resultaram novos PPCs (Bacharelado e Especializações) e a revisão do material didático, adequando-os às especificidades do setor público no Brasil.

Em 2020, mais um curso foi integrado ao PNAP: o curso de Especialização em Gestão Escolar. O objetivo é atender à necessidade de formação de gestores, das áreas federal, estadual e municipal, para que possam lidar com os desafios da educação básica.

Desde a criação do PNAP, vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento do Programa. Destacamos: os(as) professores(as) Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (Ufes) e Cledinaldo Aparecido Dias (Unimontes).

1 Dados de Identificação do Curso

a) Nome do curso:

Curso de Especialização de Gestão Escolar

b) Proponente:

A Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) foi criada em 2002 por meio da Lei N° 10.473, de 27 de junho de 2002, sendo a primeira Instituição de Ensino Superior (IES) multicampi implantada no interior do Nordeste do Brasil. Está presente em três estados brasileiros: Pernambuco, Bahia e Piauí e recentemente, completou vinte anos de atuação. Sua sede central situa-se em Petrolina-PE e possui os seguintes campi: Juazeiro, Paulo Afonso e Senhor do Bonfim, na Bahia; São Raimundo Nonato, no Piauí e sedia dois campi em Petrolina e um campus no município de Salgueiro / PE.

c) Público-alvo:

Profissionais que atuam ou venham a atuar na gestão no setor de educação ou em instâncias ligadas à educação em todas as esferas do Estado.

d) Número de vagas:

Serão ofertadas conforme editais públicos ou outros meios de financiamento disponíveis quando da abertura das vagas.

e) Formas de ingresso:

Definido conforme resolução complementar de cada Ipes.

f) Duração do curso:

O curso foi concebido para ser integralizado em 18 meses.

g) Previsão para Início das atividades:

As atividades do curso iniciarão somente após a publicação do edital e da

liberação de recursos orçamentários da CAPES, prevista para ocorrer a partir do segundo semestre letivo de 2025.

2 Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB e, conseqüentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização em Gestão Escolar e de especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão Escolar vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais na área de educação, capacitados para exercer a gestão nos poderes e nas esferas da Administração Pública nacional, regional e local.

Para atender à demanda pela formação de gestores escolares nos entes da federação do Brasil, a Ipes oferece o Curso de Especialização em Gestão Escolar no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil;
- O sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB) criado pelo Decreto nº 5.800,

de 8 de junho de 2006, que visa expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país, por meio da modalidade da educação a distância (EaD);

- O Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), lançado em 2009 com o objetivo de formar/capacitar gestores para atuarem na administração governamental e sistemas públicos: esse Programa incorporou o curso de Gestão Escolar em 2020.
- A Secretaria de Educação a Distância (SEAD-UNIVASF), criada em 2009 como um órgão suplementar da UNIVASF a fim de fomentar, apoiar, articular e executar projetos institucionais em Educação a Distância no semiárido nordestino;

3 Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados e municípios.

A partir da Constituição Federal (CF) de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, esse fundo foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua

estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização quanto ao seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto com o lado da receita quanto com o lado da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsavelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da Administração Pública.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da UAB, que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, gestores nos níveis estadual e

municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação das políticas públicas.

4 Universidade Aberta do Brasil: objetivos

De acordo com o Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um Programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

5 Diretoria de Educação a Distância da Capes

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema UAB e seus polos

de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio de concessão de bolsas e auxílios, planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EAD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

6 Caracterização Regional

O Vale do São Francisco é também conhecido como Submédio São Francisco e abrange uma extensa área margeada pelo Rio São Francisco e seus afluentes, estendendo-se pelos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

As cidades que formam a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) são Petrolina-PE e Juazeiro-BA, que juntas, compõem um pólo de desenvolvimento instituído pela lei complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001 e regulamentado pelo decreto nº 4366, de 9 de setembro de 2002 (IPEA, 2017).

De modo específico, os municípios que fazem parte dessa região são: Petrolina, Lagoa Grande, Orocó e Santa Maria da Boa Vista no estado de Pernambuco; além de Juazeiro, Casa Nova, Curaçá e Sobradinho, no estado baiano. (IPEA, 2017).

A fruticultura irrigada é uma das principais atividades econômicas do Vale do São Francisco, tendo a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) como órgãos de apoio. A economia local também é movida por diversas empresas privadas que produzem frutas para todo o país, tendo parte de sua produção exportada. Segundo Sá, Silva e Bandeira (2015), a região se destaca pela cultura da uva, sendo responsável por quase 100% da uva de mesa produzida no país, atraindo investimentos de empresas privadas para elaboração de vinhos. O mercado turístico também tem se destacado na região, sobretudo a partir da década de 1990.

Com isso, a localização da UNIVASF nessa região torna-se estratégica, haja vista que configura-se como a maior instituição pública com oferta de atividades de ensino, pesquisa e extensão, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade à distância (EaD). Sua característica multicampi se destaca por abranger sedes em três estados: Bahia, Pernambuco e Piauí, tendo o campus de Petrolina-PE como sua sede de referência. Dessa forma, tem contribuído para o desenvolvimento regional, possibilitando a expansão e a interiorização do ensino superior em localidades outrora desassistidas.

O Vale do São Francisco abriga instituições governamentais de diversos setores que demandam por profissionais e gestores capacitados, com destaque para a área de saúde pois reúne em Juazeiro e em Petrolina, três hospitais públicos de referência para o norte

baiano e para o sertão pernambucano, a saber: Hospital Regional de Juazeiro, Hospital Dom Malan e Hospital Universitário da Univasf. Diante disso, o Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar assume uma relevância inquestionável perante as demandas regionais de qualificação de educadores para atuar na gestão educacional.

7 Integração e articulação da Educação a Distância da Ipes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil

O curso de Especialização em Gestão Escolar a distância está planejado para ser ofertado nos Polos de Apoio Presencial, conforme previsão em edital da Capes, ressaltando que essa disposição inicial poderá ser modificada, dependendo das respostas oferecidas por cada polo contemplado:

150 vagas distribuídas pelos seguintes Polos de Apoio Presencial:

- Serrinha-BA (25 vagas)
- Juazeiro-BA (25 vagas)
- Sobradinho-BA (25 vagas)
- Salvador-BA (25 vagas)
- Santa Filomena-PE (25 vagas)
- Piritiba-BA (25 vagas)

8 Aspectos institucionais

8.1 Missão

Ofertar, com excelência, atividades de ensino superior, extensão, pesquisa e inovação em diversas áreas do conhecimento, na sua região de atuação e em consonância com as demandas de interesse público. (Silva, Lima, Leite, Ramos, Santos (2020).

8.2 Princípios e valores

Segundo a publicação Univasf em números, organizada por Silva e colaboradores (2020), os princípios e valores dessa IES são:

Zelo pela atuação ética e responsável: A Universidade adota o interesse público como referencial de sua atuação e orienta-se pelos valores básicos da humanidade, como democracia, justiça, solidariedade e respeito à diversidade. A instituição toma esse valor como referência não apenas para a operacionalização de suas atividades acadêmicas, mas também em seus processos gerenciais, para além das exigências legais a serem salvaguardadas;

Compromisso com o conhecimento enquanto elemento de transformação: A atuação dos profissionais da Universidade pauta-se pela valorização, produção e democratização de diversas formas de saber, buscando o desenvolvimento educacional e cultural como via de superação de problemas da sociedade e a promoção do seu bem-estar;

Disposição para a Inovação: A vida universitária nutre uma postura de prontidão face ao desenvolvimento ou incorporação de mudanças que auxiliem na efetivação de sua missão, observando necessariamente a coerência com a sua natureza pública;

Sintonia com as questões locais e globais da sociedade: A Universidade se orienta pela relevância de sua função social em termos de sua área de atuação imediata, sem perder de vista a sua inserção internacional, sintonizando-se, coerentemente, com os fenômenos contemporâneos relacionados às sua missão institucional;

Autonomia: A missão da Universidade e a atuação de seus profissionais são desenvolvidas em ambiente de exercício da liberdade e da criatividade, dentro das competências que lhes são próprias

8.3 Outros aspectos

A Univasf, por ser multicampi, abriga polos de apoio a EaD em diferentes municípios da região do Vale do São Francisco, e conta com infraestrutura em seus *campi* para oferta de atividades diversificadas de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, dispõe de uma sede principal da SEAD no município de Juazeiro e de uma subsede, em Petrolina. Em ambas as unidades da SEAD, é possível contar com infraestrutura de salas equipadas com computadores conectados à internet, quadro branco, cadeiras e equipamentos necessários para assessorar no ensino a distância. Além disso, dispõe de sala de apoio para professores, tutores e estudantes, capazes de abrigar pequenos grupos para reuniões, orientações e aulas remotas. Além disso, a subsede abriga um estúdio para gravação de aulas e uma sala multimídia.

9 Concepção do Curso de Especialização em Gestão Escolar

O curso de especialização em Gestão Escolar está estruturado a partir de uma proposta curricular atual e diversificada, a qual objetiva formar gestores educacionais comprometidos com a Gestão Democrática e a primazia do zelo com a educação pública, gratuita e de qualidade, a partir da oferta de componentes curriculares articulados com a realidade local e com as demandas regionais, priorizando sempre o interesse público.

9.1 Diretrizes metodológicas para formação do curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional;
- II. enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos;
- III. produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão escolar, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- ▶ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ▶ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

9.2 Concepção pedagógica do curso

A concepção do Curso de Especialização em Gestão Escolar está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar no contexto do setor de educação à luz

da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações, em especial aquelas do setor público, visando ao desenvolvimento socioeconômico.

Objetivo geral

Capacitar os participantes a atuarem como gestores escolares e potencializar a execução de atividades administrativas e de prestação de serviços nas diversas esferas do setor de educação.

9.2.1 Objetivos específicos

São objetivos específicos deste curso:

- Desenvolver competências e habilidades de articulação e negociação com atores sociais e políticos e com dirigentes e técnicos de outras organizações no seu ambiente de atuação;
- Assimilar conhecimento teórico e aplicado atualizado para o diagnóstico e a solução de problemas de política e de gestão das organizações públicas;
- Aplicar os modelos e instrumentos do planejamento estratégico e de gestão no contexto das organizações públicas com vistas à melhoria do seu desempenho, efetividade e legitimidade;
- Desenvolver a sensibilidade e capacidade de incorporação das dimensões e aspectos éticos na atuação como gestor escolar.

9.3 Organização curricular

A organização da Especialização em Gestão Escolar se dará em três módulos, que contemplarão as disciplinas básicas do PNAP, as disciplinas específicas da especialização em gestão escolar e a orientação de TCC.

9.3.1 Módulo I

O módulo I é composto por seis disciplinas/atividades, de 30 horas, perfazendo

um total de 180 horas. Dessa forma, ele contemplará as 5 disciplinas básicas do PNAP e a disciplina específica de Projeto Pedagógico.

Ord.	Disciplinas / Atividades	C. H.
1	Introdução à EAD	30
2	Política e Sociedade	30
3	Políticas Públicas	30
4	Gestão Pública	30
5	Metodologia da Pesquisa	30
6	Projeto Pedagógico na Gestão Escolar	30
–	TOTAL DE HORAS	180

A função do Módulo I é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo dos Módulos II e III, os problemas e as questões inerentes à atuação do gestor escolar nas unidades escolares ou demais instâncias do setor de educação.

9.3.2 Módulo II

O módulo II será composto por três disciplinas/atividades de 30 horas e duas de 45 horas, perfazendo um total de 180 horas. Este módulo iniciará pelo TCC 1, no qual os alunos já serão alocados e orientados para o desenvolvimento do seu projeto inicial.

Ord.	Disciplina	C. H.
7	TCC 1	30
8	Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino	45
9	Gestão de Pessoas na Escola	30
10	Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola	45
11	Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação	30
–	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	180

9.3.3 Módulo III

O módulo III composto será por duas disciplinas/atividades de 30 horas, perfazendo um total de 60 horas. Este módulo incluirá o TCC 2, no qual os alunos focarão na coleta e análise de dados para entrega do TCC final.

Ord	Disciplina	C. H.
12	Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação	30
13	TCC 2	30
	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	60

9.3.4. Ementário

Disciplina 1 – Introdução à EAD

EMENTA
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA . 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.
HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância . Fortaleza: RDS Editora, 2010.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a Distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. **Educação a Distância**: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação a distância**: pontos e contrapontos. São Paulo: SUMMUS, 2011.

SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. **Educação e tecnologias da informação e comunicação**. Salvador: UNEB/EAD, 2010.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. **Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Disciplina 2 – Política e Sociedade

EMENTA

Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo.

Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria**: estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política**: quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 2012.

Disciplina 3 – Políticas Públicas

EMENTA

Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas**. Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e v. 2. Parcialmente disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas**: gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COELHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política**: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (org.). **Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Disciplina 4 – Gestão Pública

EMENTA

Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; e a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, *accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na União e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010.

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). **Administração pública**: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: Enap, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). **Inovação no campo da gestão pública local**. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

Disciplina 5 – Metodologia da Pesquisa

EMENTA

Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso das normas da ABNT).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

Disciplina 6 – Projeto Pedagógico na Gestão Escolar

EMENTA

Análise do Projeto Político-Pedagógico: conceitos político administrativos de participação, investigação, identificação e alternativas na solução de problemas administrativos e educacionais. Procedimentos para elaboração e ou revisão de projetos pedagógicos. Debate e discussão de políticas de controle social. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 83-102, fev. 1999.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. *In*: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de (org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: UnB, 1997.

DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 269-281, jun. 2008.

LAMOUNIER, Bolivar; SOUZA, Amauri de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. **Dados**, v. 34, n. 3, p. 311-348, 1991.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, 23 mar. 1964.

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 05 maio 2000.

BRASIL. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 07 fev. 2001.

BRASIL. Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. **Diário Oficial da União**, 12 ago. 2004.

BRASIL. DECRETO Nº 5.790, DE 25 DE MAIO DE 2006. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 maio 2006.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar as Avaliações da Ação Governamental. **Planejamento e Políticas Públicas – PPP**, Brasília, n. 23, p. 7-70, jun. 2001.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Conselhos Municipais**. Orientações para a criação dos Conselhos Municipais. Disponível em: <https://www.cidades.gov.br/saneamento/proeesa/biblioteca-virtual/111-conselho-das-cidades/conselhos-municipais/1574-conselhos-municipais>. Acesso em: 26 jun. 2009.

Disciplina 7 – TCC 1

Ementa

Elaboração inicial de Trabalho de Conclusão de Curso, que pode ser configurado no formato de artigo ou monografia, em dupla ou trios de estudantes, utilizando-se dos conhecimentos adquiridos durante o curso, sob orientação docente, de um problema característico da Gestão Escolar. Elaboração do Pré-projeto de Pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso. A escrita de relatórios e artigos científicos. Desenvolver projetos de pesquisas vinculadas à Gestão Escolar / Educacional.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalho científico. 7. ed. São Paulo Atlas, 2007. .

Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo Atlas, 2010.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo, SP Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar

BARBIER, R. A pesquisa-ação. Brasília Líber Livros Editora, 2007. (Série Pesquisa).

DEMO, P. Pesquisa participante saber pensar e intervir juntos. 2. ed. Brasília Líber Livros Editora, 2008. (Série Pesquisa).

FRANCO, M. L. P. B. Análise de conteúdo. 3. ed. Brasília Líber Livro Editora, 2008. (Série Pesquisa).

IBIAPINA, I. M. L. M. Pesquisa colaborativa investigação, formação e produção do conhecimento. Brasília Líber Livro Editora, 2008. (Série Pesquisa).

LÜDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação abordagens qualitativas. São Paulo EPU ? Ed. Pedagógica e Universitária Ltda., 2001.

Disciplina 8 – Planejamento financeiro e patrimonial em Organizações de Ensino

EMENTA
Definição de Fundeb e principais fontes de financiamento da educação. Noções de Orçamento e Contabilidade aplicadas a instituições de ensino. Controle de caixa. Controle de materiais. Controle de contas a pagar e a receber. Controle de patrimônio. Execução de recursos associados ao Fundeb (ou outras fontes de financiamento da educação) e prestação de contas. Planejamento Financeiro de Eventos. Noções de projetos de captação de recursos. Estudos de casos aplicados.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
FARENZENA, Nalú. Fundef e Fundeb no contexto do financiamento da educação pública brasileira . Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2007. GIACOMONI, James. Orçamento Público . São Paulo: Atlas, 2003. LIBÂNEO, José Carlos <i>et al.</i> Educação Escolar : políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cotez, 2003. (Coleção Docência em Formação).
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola : teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008. MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. Educ. Soc. , Campinas, v. 22, n. 75, p. 84-108, agosto de 2001. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). Gestão educacional : novos olhares, novas abordagens. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Disciplina 9 – Gestão de Pessoas na Escola

EMENTA
Abordagens e modelos de gestão de pessoas. Liderança e motivação: teorias e críticas. Políticas e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público. Estudos de casos aplicados.
REFERÊNCIAS BÁSICAS

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A excelência em Gestão Pública**. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Práticas de recursos humanos – PRH**: conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Cadernos de gestão, v. 4).

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**: uma Gestão Paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 1).

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**: Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão, v. 2).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Luís Cesar G. **Gestão de pessoas**: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2006.

BERGUE, Sandro T. **Gestão de Pessoas no Setor Público**. Caxias do Sul: Editora da UCS, 2012.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. **Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações**: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina**: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Best Seller, 1990.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência**: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

Disciplina 10 – Elaboração e Avaliação de Projetos na Escola

EMENTA

Conceitos básicos sobre projetos na escola. Tipologia, políticas públicas e estruturação de projetos. Técnicas de elaboração e avaliação de projetos. Abordagens tradicionais *versus* princípios ágeis. Técnicas e ferramentas ágeis. Planos auxiliares: comunicação, risco e responsabilidades. Aspectos administrativos e legais. O papel do gestor escolar no delineamento, na execução e na finalização do projeto.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CRUZ, Fábio. **Scrum e Guia PMBOK unidos no gerenciamento de projetos**. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

DATE, Roberta Naia; PINOCHET, Luis Hernan Contreras; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; NEMOTO, Miriam Christi Midori Oishi. Aplicação do método ágil scrum em uma fundação educacional do setor público. **Revista de Gestão e Projetos – GeP**, v. 7, n. 2, maio/ago. 2016.

MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. Uma proposta de tipologia para projetos educacionais. *In*: MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. **Trabalhando com Projetos**: planejamento e gestão de projetos educacionais. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

RIBEIRO, Waldelino Duarte; MONTENEGRO, Luana Fernandes dos Santos; Neto, Manoel Veras de Sousa. Gestão inovadora e dinâmica de projetos: uma abordagem sobre gamificação. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 10, n. 2, p. 107-119, maio/ago. 2019.

WOILER, Samsao; MATHIAS, Washington Franco. **Projetos**: planejamento, elaboração e análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SIMOYAMA, Felipe de Oliveira; BUENO, Ricardo Luiz Pereira; BATTISTI, Mario Cesar Guimarães. Adaptação e implantação da metodologia Scrum para projetos ágeis numa Autarquia Federal. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 260-276, maio/ago. 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARMANI, Domingos. **Como Elaborar Projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CONTADOR, Claudio Roberto. **Projetos sociais**: benefícios e custos sociais, valor dos recursos naturais, impacto ambiental, externalidades. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

KISIL, Rosana. **Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.

PRIKLADNICKI, Rafael; WILLI, Renato; MILANI, Fabiano (org.). **Métodos Ágeis para Desenvolvimento de Software**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (coord.). **Elaboração de projetos comunitários**: abordagem prática. São Paulo: Loyola, 1995.

Disciplina 11 – Processos Administrativos e Prestação de Contas na Educação

EMENTA

Abordagens conceituais sobre processos; organizações educacionais e fomento e suas múltiplas configurações; Direito Administrativo e respectivas orientações; critérios de responsabilização; características da responsabilização; parcerias, fomentos e suas configurações; fases de instrução, defesa, julgamento e prescrição; padrões para prestação de contas; necessidade da capacitação e qualificação das pessoas; e necessidade legal e formas de prestação de contas no setor da Educação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar**. Brasília: CGU, 2016.

CARVALHO, Antônio Carlos Alencar de. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância**: à luz da jurisprudência dos tribunais e da casuística da Administração Pública. 3. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

COSTA, José Armando da. **Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplinar**. 6. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2011.

BRAZ, Petrônio. **Processo de Licitação - Contrato Administrativo e Sanções Penais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mizuno, 2007.

CRETELLA JUNIOR, José. **Prática do Processo Administrativo**. 6. ed. São Paulo: RT, 2008.

GONZALEZ, Atila J.; OCTAVIANO, Ernomar. **Sindicância e processo Administrativo**. 11. ed. São Paulo: Leud, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo, Atlas, 2008.

MOREIRA, Egon Bockmann. **Processo Administrativo**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. **Manual Prático de Processo Administrativo Disciplinar**. Brasília: CGU, 2016.

BALTAR NETO, Fernando Ferreira; TORRES, Ronny Charles Lopes de. **Direito Administrativo**. 5. ed. rev. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização: Odete Medeuar. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. (Coletânea da Legislação de Direito Ambiental).

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 27. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2014.

COSTA, Nelson Nery. **Processo Administrativo e suas Espécies**. Rio de Janeiro. Forense, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FERRAZ, Sergio; DALLARI, Adilson Abreu. **Processo Administrativo**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Malheiros, 2012.

SOUSA, Alice Ribeiro de. **Processo Administrativo do Concurso Público**. Leme-SP: Mizuno, 2012.

Disciplina 12 - Educação Pública no Brasil: Legislação e Sistemas de Avaliação

EMENTA

Histórico da Educação no Brasil. Reforma do Estado e políticas educacionais. Legislação Educacional. Constituição Federal de 1988. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e Parâmetros Curriculares. Planos Nacionais de Educação. Novas tecnologias e currículo. Globalização, Políticas educacionais e Diagnóstico da educação no Brasil: sistemas nacionais e internacionais de Avaliação da Educação. Dimensões, indicadores e índices de avaliação da qualidade em educação. Qualidade da educação pública como promotora do desenvolvimento e de reduções de iniquidade sociais: experiências internacionais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 27 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 10 jan. 2001.

BRASIL. Projeto de Lei 8.035, de 20 de dezembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2007.

PISA 2018 – MATRIZ DE LETRAMENTO EM LEITURA – versão preliminar
Disponível em:

http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/marcos_referenciais/2018/pisa2018-matriz_referencia_leitura_traduzida.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

OECD. PISA 2018 Assessment and Analytical Framework. Paris: PISA, OECD Publishing, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/b25efab8-en>. Acesso em: 24 mar. 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 27 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 10 jan. 2001.

BRASIL. Projeto de Lei 8.035, de 20 de dezembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2007.

PISA 2018 – MATRIZ DE LETRAMENTO EM LEITURA – versão preliminar
Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/marcos_referenciais/2018/pisa2018-matriz_referencia_leitura_traduzida.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

OECD. PISA 2018 Assessment and Analytical Framework. Paris: PISA, OECD Publishing, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/b25efab8-en>. Acesso em: 24 mar. 2020.

Disciplina 13 – TCC 2

Ementa

Conclusão da Escrita do trabalho dissertativo em formato de monografia ou artigo, cuja produção poderá ser realizada em grupo de dois ou três membros. Trabalhar a pesquisa como princípio pedagógico integrador do currículo durante todo o processo de formação; desenvolver uma atividade-processo específica em que cada estudante desenvolva uma pesquisa científica que aborde alguma problemática da gestão escolar e culmine na elaboração de um trabalho monográfico com avaliação realizada pelo docente orientador; elaboração de monografia ou, preferencialmente, artigo científico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FAZENDA, Ivani (org). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7ª ed., São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Florestan (org.).**Marx e Engels. História**. 3ª ed., São Paulo: Ática, 1989. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

KÖCHE, José C. **Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 14ª ed., Petrópolis: Vozes, 1997.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis. O pensamento de Marx no século XXI**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20ª ed., Petrópolis: Vozes, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21ª ed., São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, José Maria da e SILVEIRA, Emerson Sena da. **Apresentação de trabalhos acadêmicos. Normas e Técnicas**. Juiz de Fora: Juizforana, 2002

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalho científico. 7. ed. São Paulo Atlas, 2007. .

Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo Atlas, 2010.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo, SP Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar

BARBIER, R. A pesquisa-ação. Brasília Líber Livros Editora, 2007. (Série Pesquisa).

DEMO, P. Pesquisa participante saber pensar e intervir juntos. 2. ed. Brasília Líber Livros Editora, 2008. (Série Pesquisa).

FRANCO, M. L. P. B. Análise de conteúdo. 3. ed. Brasília Líber Livro Editora, 2008. (Série Pesquisa).

IBIAPINA, I. M. L. M. Pesquisa colaborativa investigação, formação e produção do conhecimento. Brasília Líber Livro Editora, 2008. (Série Pesquisa).

LÜDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação abordagens qualitativas. São Paulo EPU ? Ed. Pedagógica e Universitária Ltda., 2001.

10 Estrutura administrativo-pedagógica

O Curso de Especialização em Gestão Escolar a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **aluno** matriculado no curso; **professores autores**, responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA));
- **professores formadores**, responsáveis pela oferta das disciplinas;
- **tutores**, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada; e
- **Coordenação de Curso**, responsável pela gestão e acompanhamento do curso, controle de notas e documentos referentes às demandas administrativas e pedagógicas;
- **Coordenação de Tutoria**, responsável pelo acompanhamento e orientações dos tutores do curso;
- **Coordenação de Polos Presenciais**, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística de cada localidade;
- **Equipe multidisciplinar da EAD/CAPES**, responsável por: manutenção e atualização do ambiente virtual de aprendizagem (AVA), assessoria pedagógica, secretariado dos cursos, acompanhamento da Plataforma EaD (moodle), elaboração de editais de seleção, apoio e execução de atividades ligadas às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs);
- **Equipe de Coordenação SEAD-UNIVASF**, atua com o suporte da Equipe Multidisciplinar da EaD/Capes e com as coordenações de cursos, de polos e de Tutoria. É responsável pelo planejamento, propositura – própria e/ou demandada, administração, coordenação e assessoria dos cursos de graduação, pós-graduação, extensão e projetos institucionais na modalidade a distância promovidos pela UNIVASF.
- Vale ressaltar que a SEAD-UNIVASF não prevê a participação de professores conteudistas e nem de professores pesquisadores em suas equipes.

10.1 Equipe multidisciplinar

A equipe multidisciplinar é composta por técnicos educacionais, pedagogos,

estagiários, secretários e profissionais de tecnologia da informação e comunicação, que realizam atividades administrativas, pedagógicas e tecnológicas, incluindo apoio e assessoramento dos demais atores supracitados no item 10. Além disso, colaboram com a elaboração/publicação de editais, expedição/protocolo de documentos, revisão de conteúdos do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), orientação/acompanhamento de projetos pedagógicos de curso, manutenção do sistema *moodle*/Plataforma EaD.

De acordo com o Regimento Interno da SEAD Nº 03, de 23 de maio de 2022, a equipe multidisciplinar deve ser composta por profissionais com conhecimento interdisciplinar, a fim de suprir deficiências do quadro técnico da SEaD e garantir o atendimento das demandas institucionais envolvendo os demais atores supracitados no item 10.

10.2 Programa de capacitação e atualização da equipe multidisciplinar

O regimento interno da SEAD (2022) prevê a realização de atividades de capacitação e planejamento para docentes, tutores, equipe SEAD e comunidade acadêmica em geral. Contudo, não prevê especificamente, um programa de capacitação para a equipe multidisciplinar. Por isso, subentende-se que as atividades de capacitação promovidas pela SEAD devem incluir a equipe multidisciplinar, uma vez que essa equipe colabora para a execução de formação continuada.

10.3 Docentes que participam da gestão do curso

O processo seletivo de docentes e tutores para ingresso no curso será realizado de acordo com editais específicos que atendam as demandas das CAPES e/ou outros órgãos de fomento ao ensino a distância. Até o momento, a SEAD só selecionou a coordenação do curso por meio do Edital nº 25 de 26 de junho de 2024. Sendo assim, a coordenação do curso ficará a cargo do professor Associado Dr. Reginaldo Pereira dos Santos Junior, docente efetivo da UNIVASF lotado no Campus Senhor do Bonfim / BA, no curso de Licenciatura em Ciências da Natureza. Os demais professores serão selecionados de acordo com novos editais CAPES, e a partir disso, seus nomes serão elencados nesse documento.

11 Infraestrutura e processo de gestão acadêmico-administrativa

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ produção e organização do material didático apropriado à modalidade;
- ▶ processos próprios de orientação e avaliação;
- ▶ monitoramento do percurso do estudante; e
- ▶ criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de ensino aprendizagem.

Para este curso, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa preveem a organização de uma rede comunicacional e de produção do material didático.

Rede comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a Ipes e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estruturas física e acadêmica na Ipes, com a garantia de:

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;

1. Designação de coordenação de tutoria e tutores presenciais e onlines

para suporte pedagógico aos estudantes;

2. Suporte técnico para o atendimento e a resolução de eventuais problemas relativos ao acesso e manutenção do ambiente virtual de aprendizagem (moodle);

3. Atualização e manutenção contínuas do ambiente virtual de aprendizagem (Plataforma Moodle) para que os componentes curriculares, seus conteúdos e atividades estejam disponíveis aos discentes.

- manutenção dos núcleos tecnológicos na UNIVASF e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a UNIVASF.

Produção de material didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. O material didático do curso de Especialização em Gestão Escolar encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa.

11.1 Sistema de tutoria

A tutoria no curso de Especialização em Gestão Escolar, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilitam a ressignificação da educação a distância por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos

dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão com os professores formadores a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes e se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela UNIVASF antes do início e ao longo do curso.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- *e-mail*; e
- Aplicativo de mensagens instantâneas (*whats app*);

- Videoconferência Remota. (Meet)

11.2 Encontros presenciais

Conforme Resolução nº 01, de 06 de abril de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE) os cursos de Pós-Graduação *lato sensu* poderão ser oferecidos presencialmente ou a distância em consonância ao Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIVASF. Diante disso, os cursos poderão ofertar atividades presenciais em locais distintos da sede ou dos polos de educação à distância. Contudo, na Especialização de Gestão Escolar, não há previsão de encontros presenciais, exceto se ou quando houver avaliação da necessidade/viabilidade logística e financeira de cada polo presencial. Contudo, isso ficará condicionado à previsão e liberação orçamentária da CAPES para tal fim. Por outro lado, isso não impede que coordenadores de polos, discentes e tutores presenciais realizem encontros nos polos para acompanhamento dos estudos e do processo de aprendizado.

12 Diretrizes de avaliação

A avaliação é entendida como atividade que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EAD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

O processo de avaliação de aprendizagem na EAD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

No contexto da EAD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver métodos de estudo

individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Gestão Municipal. ■

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

12.1 Avaliação institucional

A avaliação institucional na UNIVASF é conduzida anualmente pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) com o objetivo de gerar autoconhecimento e melhoria contínua da instituição. A Avaliação acontece por meio de questionários *online* aplicados com a comunidade acadêmica. Os resultados são utilizados para fins de aperfeiçoamento insitucional e compõem o Relatório de Autoavaliação Anual da Universidade, sendo encaminhamento todos os anos para o Ministério da Educação (MEC). Tais relatórios envolvem a avaliação dos docentes pelos discentes e dos docentes pelos docentes e estão arquivados no site <http://www.cpa.univasf.edu.br/>. Portanto, cabe à CPA conduzir e responsabilizar-se pela realização das avaliações do ensino superior ministrado pela UNIVASF em todos os seus campi. Sempre que solicitada, cabe à CPA, prestar informações à Reitoria e aos Órgãos de avaliação de acordo com o seu Regimento Interno e a Legislação Federal concernente à avaliação do ensino superior no país.

12.2 Avaliação dos subsistemas de EAD

O curso, com oferta na modalidade EaD, encontra-se estruturado como um

sistema composto por subsistemas. O sistema é a plataforma de ensino (*moodle*) e os subsistemas são: aprendizagem, ensino, comunicação, design instrucional e gestão. Assim, o funcionamento do curso de Especialização em Gestão Escolar da UNIVASF ocorrerá mediante o ambiente virtual de aprendizagem (AVA), o qual será disponibilizado no sistema *moodle*. O ambiente virtual de aprendizagem, por sua vez, conterá materiais didáticos e avaliações de todos os componentes curriculares. Sendo assim, o *moodle* será usado para operacionalizar o ensino à distância e através dele, os cursistas poderão acessar conteúdos variados, como vídeos, textos, webconferências, aulas síncronas e assíncronas em um único lugar.

Cada um desses subsistemas deve funcionar de modo interligado e orientado para a integração do todo (curso) visando o funcionamento adequado do curso e a qualidade do processo de ensino-aprendizagem em todas as suas etapas. Na SEAD-UNIVASF, a avaliação desses subsistemas ocorre mediante alguns indicadores, tais como: 1) nível de interação entre os atores envolvidos, 2) Qualidade do aprendizado percebida pelos cursistas, 2) resultados das avaliações dos componentes curriculares, 3) Resultado das avaliações dos docentes pelos discentes (questionários da comissão Própria de Avaliação), 4) nível de funcionalidade do *moodle* para as atividades propostas, 5) tempo de resposta de tutores, professores e coordenadores para cursistas e vice-versa, 6) nível de efetividade dos canais de comunicação existentes (*email*, *chat*, foruns, aplicativos de mensagens instantâneas, ouvidoria), 7) nível de resolutividade dos problemas existentes ao longo do curso, 8) número de cursistas matriculados e número de concluintes, 9) nível de participação de todos os atores envolvidos com o curso, 10) tempo de integralização do curso; 11) avaliação contínua do curso de acordo com as prerrogativas da SEAD-UNIVASF e da CAPES.

12.3 Avaliação de aprendizagem

A avaliação da aprendizagem do curso será realizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), denominado de plataforma *moodle*, também chamada de plataforma EaD. Todas as avaliações dos componentes curriculares do curso deverão ser elaboradas e disponibilizadas no AVA, sendo responsabilidade do professor formador pela execução. Já a correção das avaliações poderão ser divididas com os tutores do curso, mediante disponibilização de barema avaliativo/rubricas de avaliação

para os tutores, e por intermédio da coordenação de tutoria. O formato das avaliações é diversificado, podendo ocorrer conforme critério de cada docente. Para tanto, poderão ser utilizados os recursos do moodle em suas mais diversas opções, como por exemplo: chats, foruns, questionários, envio de tarefas, seminários, wiki, dentre outros que sejam possíveis de configurar no AVA.

Sugere-se que cada componente curricular não ultrapasse a quantidade de três avaliações e mais uma prova final para fins de recuperação dos cursistas com média inferior a sete. Inicialmente, as notas serão computadas pelo professor formador no livro de notas de cada componente curricular no AVA para fins de consulta. Ao final de cada disciplina, as notas das avaliações serão inseridas no sistema oficial de notas da UNIVASF, o sig@. Para ser aprovado, o cursista precisa obter média sete. E caso não consiga esse média, deverá realizar uma prova final para fins de recuperação de nota. A média será calculada conforme o seguinte cálculo: nota da disciplina + nota da prova final dividido por dois.

Ao final de cada disciplina ofertada e após a avaliação final (recuperação), a SEAD prevê a realização do *repercurso* (ao longo de cada semestre letivo), que consiste na disponibilização de avaliações, definidas conforme critérios de cada professor ofertante em suas disciplinas. A oferta está garantida apenas para cursistas com média acima de 4,0 e inferior a 5,0. Assim, a média final (após *repercurso*) será obtida a partir do seguinte cálculo: nota da disciplina + nota da recuperação dividido por dois ($NF+REP/2$). O resultado deverá ser igual ou maior que cinco para que o cursista obtenha aprovação.

Para conclusão do curso de especialização, além da aprovação nas disciplinas, o discente deverá apresentar um trabalho científico de livre escolha do mesmo, cujo tema deverá ser pertinente às disciplinas na área da “Gestão Escolar”.

A avaliação de cada TCC poderá ser feita por uma comissão de avaliação composta por até 03 (três) integrantes: Orientador do discente (presidente); e 2 (dois) membros que desenvolvem atividades em áreas afins ao trabalho final, indicados pelo orientador e ratificados pelo coordenador do curso.

13 Processo de comunicação-interação entre os

participantes

Em razão de uma das principais características da EAD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas síncrona e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação síncrona serão:

Telefone, Aplicativo de mensagens instantâneas (*Whats app*), *chat*, *webconferência*.

Como processos de comunicação diacrônicos, serão utilizados: Fóruns, *e-mails* e formulários eletrônicos.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação síncrona e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado pelo seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

REFERÊNCIAS

CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONUNI). RESOLUÇÃO Nº 36/2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras: Florianópolis, Sorocaba, Rida Grande Teresina, Rida Petrolina Juazeiro. Brasília: IPEA: PNUD : FJP, 2017. 54 p. : il., gráfs., mapas color. (Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil) ISBN: 978-85-7811- 317-9.

Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8182/1/Atlas%20do%20desenvolvimento%20humano%20nas%20regi%C3%B5es%20metropolitanas%20brasileiras.pdf>

SÁ, Natalia Coimbra; SILVA, Emília Maria Salvador, BANDEIRA, Ariadna da Silva. A cultura da uva e do vinho no Vale do São Francisco. Revista de desenvolvimento econômico UNIFACS. Ano XVI, Dez 2015. Edição Especial Rio São Francisco., Salvador-BA. DOI: <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v17nesp.4017>

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, DE 23 DE MAIO DE 2022 dispõe sobre o Regimento Interno da SEAD-UNIVASF. Petrolina, 2022. Disponível em https://portais.univasf.edu.br/sead/in_03-2022_-_regimento_sead_20mai2022-1.pdf SILVA, Bruno Cezar; LIMA, Julianeli Tolentino; LEITE, Telio Nobre; RAMOS, Clóvis Manoel Carvalho; SANTOS, Juliane Feitosa Lima. (organizadores).

UNIVASF em números: 2012 - 2019: Dados e ações da Gestão Universitária. 1 ed. Petrolina, 2020. Disponível em https://portais.univasf.edu.br/reitoria/univasf-em-numeros-2012_2019.pdf

Emitido em 14/07/2026

PLANO DE CURSO Nº 36/2026 - DGEAD (11.01.02.55.02)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 14/07/2026 09:44)
ABIMAILDE MARIA CAVALCANTE FONSECA
RIBEIRO
PEDAGOGO-AREA
1670404

(Assinado digitalmente em 14/07/2026 09:50)
REGINALDO PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
2036624

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.univasf.edu.br/documentos/> informando seu número: **36**, ano: **2026**, tipo: **PLANO DE CURSO**, data de emissão: **14/07/2026** e o código de verificação: **ad855f22e2**